

**CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER - CDDM**

**ATA Nº01 DA 05ª. SESSÃO ORDINÁRIA**

Ao decimo sexto dia do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, às dez horas, do ano corrente, na Casa da Mulher Brasileira, situada à Avenida Tancredo Neves - Caminho das Árvores (ao lado do Hospital Sarah), foi realizada a terceira Sessão Ordinária que contou com a presença da Presidenta do Conselho, a Secretária de Políticas para as Mulheres - SPM, **Neusa Cadore**, a Chefe de Gabinete da Secretária de Políticas para as Mulheres - SPM; **Aldenira da Conceição Soares de Sena (Aldinha)**, a Assessora Técnica do Gabinete da SPM, **Valéria Peruna**; a Vice-Presidenta do CDDM, **Samêhy Pataxó - Helen Conceição dos Santos Soares** representando a Associação de Mulheres Indígenas do Extremo Sul da Bahia - AMIESB; **Argimária Freitas de Sousa Soares**, representando o Coletivo Quintas Feministas; **Maria Joselita Santos da Costa**, representando a Cooperativa Feminina da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Valença/BA (COOMAFES); **Maria Otilia Soares**, representando a União de Mulheres de Vitória da Conquista - UMVC; **Anabel Barbosa de Brito**, representando a Associação Ciranda das Mulheres - ASCIM; **Tereza Cristina da Silva Bandeira**, representando a Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB; **Roseli de Oliveira Barbosa**, representando a Associação Tamo Juntas; **Taiane Oliveira Lima**, representando a União de Juventude Socialista - UJS; **Iara Pereira dos Santos**, representando O Remo Ad Feminino; **Gildeane dos Santos Mota**, representando a Associação de Mulheres Pintadenses - AMP; **Leidiana Cruz do Espírito Santo**, representando o Movimento de Mulheres Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais - MMTR; **Nancy Alves de Andrade**, representando a Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários dos Estados da Bahia e Sergipe - FEEB; **Mariselma Bonfim**, representando o Fórum Nacional de Mulheres Negras - FNMN; **Adriele Monique Santos dos Reis** e **Milena Passos Almeida Silva**, representando a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais - SEPROMI; **Renata Luciana Cruz Sena**, representando a Secretaria da Segurança Pública - SSP; **Natália de Oliveira Gonçalves e Silvia Christiane Écio Damasceno**, representando a Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE; **Cândida Maria Pimentel**, representando a Secretaria da Saúde - SESAB; **Vanessa Costa Reis**, representando a Secretaria da Educação - SEC; **Jeane de Jesus Costa**, representando a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SJDH. Iniciando sua apresentação a Secretária **Neusa Cadore**, conta o início da sua história, não sendo nascida na Bahia, chegou ao Estado há cerca de quarenta anos, para trabalhar como voluntária da igreja católica, em uma região da Bahia. Descreveu como foi a primeira reunião em que esteve presente em um Conselho, existente na época, dirigido por um Padre italiano, observava que se tratava de um fórum legítimo de luta, de articulação, que valorizava a liderança, com pautas sobre água para as comunidades, problemas sociais, onde o debate era democrático e não seria concluído até estabelecer os encaminhamentos, e que, pôde aprender política, assim, na metodologia usada de ver, julgar e agir. Com o passar dos anos viu também a igreja incentivando a criação de sindicatos, o movimento de mulheres, os movimentos sociais para ajudar crianças em vulnerabilidade. E destacou que naquela época a política era muito distanciada, sem participação

*Gonçalves*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

popular, por isso não tinha água no sertão, nem energia, não tinha apoio para agricultura familiar na sua cidade de 10 mil habitantes, 3 mil já estavam migrando para o Estado de São Paulo, para trabalhar, e isso se repetia todos os anos e então surgiu o movimento de juventude que argumentava não querer ir pra São Paulo e começava esse debate de conseguir um espaço, então começou a se construir cisternas em Pintadas. Em 1996 foi convidada a se candidatar a Prefeita do Município, e conseguiu ganhar a eleição muito por conta da construção que teve o movimento social, com projetos na agricultura e existia também 13 organizações sociais muito importantes, onde tinha as mulheres, projetos de cultura, cooperativas, tudo sendo construído com parcerias, com resistência, sendo uma experiência muito bacana. E continuando sua fala destacou que, as mulheres sempre orientaram muito a sua vida em seu exercício como Prefeita, sempre comentavam e mostravam os pontos na cidade que podiam melhorar. Mencionou que nos primeiros 6 meses visitou as 30 comunidades e em todas as conversas e solicitações, uma demanda se destacava, "a água", e em todas as comunidades as mulheres se manifestavam quanto a isso, e então foi conquistado 100 cisternas de água com a parceria do Padre Italiano, com uma Prefeita da Itália que disponibilizou essas cisternas, e em 8 anos não foi deixada nenhuma casa sem cisterna. Comentou que todos esses acertos vieram dos pensamentos e conclusões das mulheres. Sobre o tempo que falta para as eleições deste ano comentou que, 04 anos são muito importantes para a cidade, e o fato de irem nas comunidades e conversarem muito, ajuda a se construir um estilo de Governo. Com 13 instituições foi criada a Rede Pintadas, onde todo mês como Prefeita junto a sua equipe sentavam com as Diretorias das Instituições, e o projeto da Água foi possível porque Sindicato, Igreja, Centro Comunitário ajudaram, e onde podia, buscavam captar recursos. Mencionou também que leva como aprendizado que "onde as mulheres entram na conversa conseguimos alcançar os pontos mais importantes para a vida" sendo eles: saúde, educação e água. E assim fez um apelo as Conselheiras para engajarem as eleições das mulheres candidatas, e mudar a "fotografia do poder" incentivar as mulheres e fazer campanha onde forem. Sobre o Governador Jerônimo, que está entregue com toda força para desenvolver as áreas de mulheres, da juventude, dos quilombolas e indígenas, então é um desafio muito grande, contudo, pautas muito caras e importantes que todos acreditam. Elogiou o trabalho importantíssimo feito pela Ex-secretária Elisângela, que está hoje como Deputada Federal, comentando sobre a gestão dela, que foi uma parceria muito grande. Mencionou que quando Elisângela visitou os 27 territórios, foi em alguns com ela conhecer e assim conectar as políticas, dobrando os números. Contou também como foi quando recebeu o pedido do Governador Jerônimo para assumir a Secretaria, e como não poderia dizer um não para ele. Então no seu primeiro dia como Secretária já foi em Serrinha para inaugurar um NEAM – Núcleo Especializado de Atendimento à Mulher, e que foi uma grande alegria, assim como as boas notícias de que mais iniciativas estariam sendo apoiadas pelo Governo como está por vir três casas da Mulher Baiana em diferentes territórios e municípios, e uma casa da Mulher Brasileira em Feira de Santana, Irecê e Ilhéus, e assim está cravada a batalha de conseguir mais. E então comunicou que teria que se ausentar pois iria para uma reunião sobre o edital de mulheres quilombolas, mas que agradece a todas. Então foi incentivado para que cada uma das presentes se apresentassem dizendo seu nome, associação e território para a Secretária, lhes dando as boas-vindas. **Aldinha Sena:** informou que esta seria sua última reunião com o Conselho, porque a Deputada Federal Elisângela foi assumir o mandato sem mudar a

*Boas*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

estrutura da equipe do Deputado Zé Neto que estava antes, então chegou em Brasília praticamente sozinha, então, será este mês de transição com a equipe da Secretária, mas irá se ausentar para cuidar do mandato com a Deputada, sem sair de Salvador e que, quando puder estará presente, que é sempre um aprendizado estar com o Conselho e que o mandato de uma Deputada comprometida com os movimentos sociais também vai querer estar com um olhar do Conselho, então a parceria do mandato dela com a política de mulheres do Estado vai ser muito forte **Samêhy Pataxó** (AMIESB): avançou para a próxima pauta sendo a aprovação e assinatura das Atas da 03ª e 04ª Sessão Ordinária, juntamente com a Ata 01ª da Reunião Extraordinária. **Valéria Peruna (SPM)**: Iniciou destacando que este momento é para o relatório de cada grupo de trabalho, formado para discutir as propostas atendidas, total ou parcialmente do Plano Plurianual Participativo - PPA-P, resultado da escuta social feita pelo Governo do Estado no momento de sua construção, sendo muitas áreas que foi colocado como pertinente e que as Conselheiras levassem os documentos para casa, para análise e consideração junto com seu grupo de trabalho, se concordam ou não e o que pode mudar, sendo agora o momento para devolutiva e se não foi possível o grupo se reunir poderia ser feito ainda nesta reunião. mencionou que a chamativa é para que conheçam bem o PPA-P, porquê é o que o Governo está declarando que vai fazer, sendo sobre isso que o Conselho tem que se debruçar, no sentido de fazer o que o regimento diz, acompanhar, criticar, sugerir, enfim, exercer sua função com base nisso. Citou que o Conselho não está só para monitorar o Governo pois, tem outras atribuições, como por exemplo: no próximo ano o Governo já vai realizar as Conferências, então, o Conselho vai participar com o movimento de preparação, indicação de delegados para as conferências, definição de temas para serem discutidos. Citou que o que é esperado é ter as Conferências Municipais sempre que possível, a Estadual vai acontecer, então subir com as propostas da Bahia para a Conferência Nacional. Frisou que esta é uma outra competência do Conselho, e que ele precisa se preparar para exercer isso, e outra coisa que se pode discutir é outras frentes de trabalho para o Conselho além do PPA-P e as Conferências. Citou por exemplo, as questões ligadas as Institucionalidades, quem representa o que, onde quer fazer o Conselho presente, a relação do Conselho com as Secretarias, muito importantes para a garantia da ação de defesa dos direitos das mulheres, visando poucas ações para ter assertividade, com menos de 1 ano e meio de mandato conseguir obter resultados é preciso identificar os problemas, sugerir e cobrar que aquelas soluções sejam implementadas, então esse esforço de planejar, desenvolver é com o objetivo de fazer com o que o Conselho mostre a sua força e efetive o que está no seu regimento, sendo assim necessário a deliberação do Conselho sobre o PPA-P, que será em geral um instrumento de trabalho. Apresentou a metodologia pensada para essa pauta identificando algumas prioridades e diretrizes além das que já foram faladas. Citou também a relação do Conselho com a mídia, quais os objetivos em termos de mídia, desdobrar essas prioridades em tarefas, atribuições de responsabilidade, talvez com a formação até de comissões técnicas se assim se fizer necessário e por fim fazer os agendamentos. Portanto, pontou para as Conselheiras que os grupos de trabalho poderiam aproveitar o momento de uma hora para as discussões, com objetivo de na parte da tarde dar início ao debate sobre as propostas. **Samêhy Pataxó**: começou descrevendo para as Conselheiras os grupos para se reunirem. Então foi estabelecido ao meio-dia a pausa para o almoço, com o retorno das considerações dos grupos pela tarde. Sendo assim, pela tarde. **Valéria Peruna (SPM)**: iniciou a pauta pedindo que o primeiro

grupo se apresentasse, então a Conselheira **Cândida Maria Pimentel** (SESAB), no eixo da Educação e Saúde comentou sua discordância sobre uma proposta acolhida totalmente que trata do combate ao preconceito e bullying com a gordofobia. **Vanessa Costa Reis** (SEC): complementou que não é só ter uma ação educativa contra o preconceito, mas também uma ação para que estas pessoas que sofrem com isso tenham tratamento psicológico e nutricional, porque muito se prega a política do auto aceitação, porém, tem que ser praticada com base num corpo saudável. Acrescentando que na Secretaria de Educação existe os Projetos Estruturantes da Educação e que no âmbito destes projetos fosse bom ser desenvolvido estas propostas como a do combate ao bullying, o preconceito com as pessoas acima do peso, juntamente com o apoio da saúde para dar uma atenção especial a estas pessoas e a Formação dos Professores. Outra proposta que pontuou como uma preposição foi sobre os líderes escolares para fazer uma pesquisa, traçando o perfil dos líderes escolares, saber como está a participação feminina dentro desse contexto de liderança estudantil e fazer um recorte de como está a participação das mulheres negras, se há uma representação equilibrada e se não houver, tentar pensar uma outra política para fomentar a participação das mulheres e que isso partiu de uma observação feita pela Conselheira Taiane da UJS, e que sua impressão da participação das meninas nesse contexto ainda é muito fraca, por isso, seria interessante fazer esta pesquisa **Cândida Maria Pimentel** (SESAB): comentou sobre outra proposta acolhida totalmente, quanto a cadastrar serviço de aborto, previsto em lei, em cada macrorregião de saúde, destacou que a SESAB vai manter essa meta. Pontou que às vezes esta situação de aborto, em cinco regiões, ainda não tem serviço e para isso precisa-se de transferência, porém, o que mais conta é a não objeção de consciência, não só dos médicos como da equipe multidisciplinar, então, entra um caso em que um médico pode ser a favor do procedimento, mas uma técnica de enfermagem fique-o contrariando, então, é preciso haver uma harmonia entre a equipe em situações assim, trouxe o exemplo do hospital Carmella Dutra, situado em Bom Jesus da Lapa, que faz o aborto previsto em lei, contudo, como a cidade é conservadora, bem religiosa, é difícil se cadastrar para realizar os abortos por conta da população, portanto, não significa que algumas macros não tenham o serviço estabelecido ainda que não existam. Sobre a fala anterior de Taila Barbosa. **Valéria Peruna** (SPM): acrescentou que existe um programa voltado para o combate à violência política contra a mulher e nesse contexto tem toda a preparação e formação para as mulheres na política e poderia ser sugerido que as meninas dentro desse espaço de líderes estudantis ou não, mas que queiram, possam ser capacitadas. **Vanessa Costa Reis** (SEC): voltou com sua fala o porquê é importante observar, fazer esse apontamento nas escolas, pois, é o local onde já se origina grandes futuros ou futuras líderes, por isso, desde já é importante descobrir "Será que as mulheres estão dentro deste contexto? E se não, porque?". **Cândida Maria Pimentel** (SESAB): em continuação a seu eixo comentou sobre uma proposta atendida parcialmente pela SESAB, sugerindo uma mudança no texto da ação que está como sendo um curso de mortalidade materna e infantil, porém é para ser cursos dotados de Prevenção a mortalidade materna e infantil, visto que é um dos problemas sérios de Saúde no Estado. **Tereza Cristina da Silva Bandeira** (CTB): mencionou que o seu grupo no eixo de Meio Ambiente e Segurança Hídrica/ Desenvolvimento produtivo/ Desenvolvimento Rural/ Desenvolvimento Urbano, Rede de Cidades, Infraestrutura e Logística, acordou em fazer uma reunião online para discutir sobre os assuntos pertinentes. **Iara Pereira dos Santos** (REMO AD):

citou algumas observações com relação ao esporte, sendo uma das sugestões dentro do projeto, Esporte por toda parte, incluir um agente de esporte que existe já dentro da comunidade, pois é de conhecimento que um dos critérios para participar do Esporte por toda parte é ser estudante de educação física e o coordenador um profissional, e nesse quesito há uma exclusão de toda a comunidade, como por exemplo, o seu lugar de técnica, que faz um trabalho no futebol feminino há 27 anos, porém é excluída do processo por não ter uma formação, claro que é um incentivo para as pessoas buscarem a graduação, mas também seria muito bom acolher as pessoas da comunidade e oportunizar um ingresso na faculdade, como seu time de Várzea, de futebol feminino que tem uma parceria que funciona com uma instituição de Faculdade, que possibilita as meninas de bom rendimento conseguirem uma bolsa de estudos, podendo ser de até 100%, para até jogar lá pela faculdade, então como que o projeto não pode fazer o mesmo e até oferecer muito mais assim, esta é uma sugestão. A outra sugestão foi de fazer um senso do esporte na Várzea, que seria as comunidades, os bairros de Salvador, onde tem esporte, se tem estrutura, se tem pessoas já fazendo o trabalho, se não é bom incentivar. Exemplificou por exemplo que, no bairro do Periperi havia um movimento de esporte sendo ele o basquete, e estava crescendo até a estrutura da quadra precisar de desenvolvimento pela Prefeitura, contudo, não aconteceu, por isso a importância do senso, além do que já citado sobre o senso, a busca para encontrar os agentes de esporte nos bairros também, e assim, concluindo, destacou que conseguir colocar o esporte para todo lugar é realmente uma necessidade, acolher todos aqueles que já estão atuando e trazer outros para isso. No eixo de Assistência Social, Garantia de Direitos, Igualdade de Raça e de Gênero e Povos e Comunidades Tradicionais. **Gildeane dos Santos Mota** (AMP): começou a falar das propostas, vistas de 3 Secretarias: a SPM, SEADES e a SEPROMI. Sobre a SPM o grupo conseguiu ter alguns recortes feitos pela Chefe de Gabinete Aldinha Sena, que descreveu os projetos já em curso na Secretaria, e que concordam com tudo que está posto, só algumas coisas que foram pontuadas pelo grupo que foi por exemplo, a criação do programa de transferência de renda e capacitação profissional para mulheres, há algumas informações do ponto de vista do Estado e não existe uma ação efetiva nesse sentido, só que existe um programa do Governo Federal que está dialogando com o Estado, para garantir que essas mulheres em situação de violência tenham acesso aos programas de forma mais direta e que já está então em andamento. Outro ponto citado foi do protocolo de atendimento as mulheres que ainda não tem, e é importante que se continue debatendo, acompanhando de fato isto, que é importante a criação desse protocolo. **Jeane de Jesus Costa** (SJDH): explicou que já existe um protocolo, mas lembrando que no governo Bolsonaro se criou uma lei em que todos os casos de violência deveriam ser denunciados a polícia e as vezes a mulher não quer fazer isso e não se pode obrigá-la, então, foi discutida a opção de refazer o protocolo por conta disso. **Gildeane dos Santos Mota** (AMP): retomou sua fala dizendo que é bom que haja conhecimento ademais sobre isso e sobre a implementação do observatório estadual entende-se que é algo bom que já está em andamento com parceria entre as Secretarias, para ser construído. Outra proposta bem vista é a implantação de projeto de enfrentamento a violência, no sentido das campanhas como o "Oxe me respeite", que está efetivada como a rede de enfrentamento também, importante também o fortalecimento dos Conselhos Municipais, como também, formar onde não tiver, fazer um momento de monitoramento e avaliação, levar capacitação, desenvolver esse processo para ter mais Conselhos

atuantes. **Tereza Cristina da Silva Bandeira** (CTB): citou a cartilha criada de Guia de orientação para criação de Conselho, falou também sobre algumas Prefeituras que inviabiliza a existência dos Conselhos, em algumas localidades e que o olhar deve ser da SPM, no sentido de cobrar mais das Prefeituras, que aconteça sim, o Edital para recondução do Conselho, tentar identificar qual o problema de cada município. **Roseli de Oliveira Barbosa** (TamoJuntas): comentou que na última reunião do Conselho foi discutido essa pauta. **Gildeane dos Santos Mota** (AMP): comentou que ficou de ter este retorno da Secretaria, um retrato sobre quais são os Municípios que de fato existem Conselho, ademais comentou também sobre o assunto de regulamentar e efetivar a Lei Anti-baixaria, como na proposta do PPA que é “Articular a Regulamentação da Lei Antibaixaria e acompanhar sua efetivação e fiscalização.” E na prática a uma visão particular percebe-se que não está acontecendo isso, a fiscalização está em falha pois ainda continua acontecendo nas festas, nos eventos realizados com recursos públicos. **Roseli de Oliveira Barbosa** (TamoJuntas): comentou uma proposta acolhida totalmente da SEPROMI: Estimular a produção de conteúdo não discriminatórios nos meios de comunicação do Governo e no setor privado, assim, sugeriu que essa campanha seja permanente. Outra proposta que pontuou foi a da SEADES, de Financiar ações de busca ativa de mulheres em situação de rua e usuários de substâncias psicoativas que necessitam da assistência do Estado, então, indagou onde essas ações serão desenvolvidas, quais são os pontos e os espaços de cuidado, pensou também se vai acontecer junto com o programa “corra pro abraço” os equipamentos que já tem e também problematizou o número insuficiente dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS no Estado ou até na Capital, pensando no cuidado com esse público específico. Também sobre outra proposta da SEPROMI de: Realizar diálogos formativos e trabalhos voltados à população cigana, escolas quilombolas, indígenas, ribeirinhas e comunidades tradicionais de forma mais ampla, e argumentou que essa discussão poderia se estender para além destes grupos descritos na proposta, ampliar para um público geral. **Jeane de Jesus Costa** (SJDH): explicou que a especificação pode garantir mais efetivação, e é importante estar bem demarcado para trazer visibilidade e não ficar no genérico. **Millena Passos Almeida Silva** (SEPROMI): frisou o quão importante é centralizar as atenções nas políticas para as mulheres, todas, de todos os grupos, fortalecer esse elo. **Valéria Peruna** (SPM): comentou sobre a relevância desse aspecto, porque, o processo avaliativo da política pública serve muito a quem avalia, então, é importante ter uma atenção quanto os viés de avaliação, se existem dez grupos, contudo, foi atendido com cinco serviços a só um grupo, pode se considerar que todos foram atendidos então essa discriminação de quem se está falando é importante, todavia, não é necessário rigorosamente que isso se apresente no plano, é necessário que quando o Conselho for fazer o monitoramento chame a atenção do planejador no sentido de perguntar “sim fez 5 serviços, entretanto foi um para os quilombolas, indígenas e etc.?” Então é cabível no momento de a fiscalização das ações criar essas questões para que o governo responda, de todo modo é um cuidado que o Conselho pode ter no momento de revisão do PPA ou até na construção do novo sinalizar, que descreva o quanto e para quem. **Samêhy Pataxó** (AMIESB): fez um adendo sobre os Conselhos Municipais poder fazer um encontro mensal para ser feito uma avaliação deles, pois, cada Município tem as suas dificuldades, como por exemplo, em Santa Cruz Cabralia não existe o Conselho, por que não é uma prioridade para o gestor, é posta como “mais um gasto com mulheres” no Município, então, é importante fazer esse mapeamento dos Conselhos existentes e

onde não tiver puxar um encaminhamento para a criação deles e todas enquanto Conselheiras podem ir nos municípios debater sobre. Outro ponto que comentou foi da discussão sendo feita do PPA que é importante, interessante, mas que muitas conselheiras ficaram perdidas no que já foi feito ou não, quando e para quem foi feito, seria justo marcar um momento podendo até ser na reunião do Conselho ou por outro meio para um representante específico de cada Secretaria vir apresentar o que já foi feito ou o que está em desenvolvimento, porque, pode ser que já tenha as Conselheiras de cada uma aqui, porém, mesmo elas podem não ter conhecimento sobre, então é preciso um levantamento de dados concretos para ser repassado às comunidades, que as Secretarias possam ter mais transparência, pois, pode até ter muitas ações acontecendo, no entanto, a visibilidade está limitada, então, é muito necessário esse reforço e ser uma vida de mão dupla que a Sociedade Civil possa contribuir e possa absorver das Secretarias também. **Millena Passos Almeida Silva** (SEPROMI): comentou que no Conselho cada representante do Poder Público já foi incentivada e apresentaram suas ações voltadas para políticas para as mulheres, muitas vezes é bom também os movimentos se articularem para as políticas acontecerem, que a Sociedade Civil tem "o poder na mão" tem que enviar as demandas para as Secretarias e poder cobrar de uma forma legítima, e sempre ir procurando soluções para suprir as demandas, sejam elas: criar os Conselhos Municipais, saber o que falta para ir atrás e recorrer de que forma conseguir ajudar. **Samêhy Pataxó** (AMIESB): indagou se a Secretaria de Mulheres tem os dados de quantos Conselhos estão ativos e quais municípios não tem e que é importante fazer esse mapeamento nos dias atuais, para enquanto Conselho e SPM ter conhecimento e poder sim ajudar nesse aspecto. **Millena Passos Almeida Silva** (SEPROMI): comentou que, cabe ao movimento de mulheres do município se articular, para ter uma fala unificada e se direcionando a Samêhy Pataxó, falou que cabe a ela como liderança ir a um município e empoderar as mulheres, e assim fortalecer as políticas. **Samêhy Pataxó** (AMIESB): colocou novamente em pauta a questão do próprio Conselho Municipal de Salvador não estar ativo, e o que a Secretaria de Mulheres e o que o Conselho pode fazer agora para fortalecer essas mulheres do município e reativar o Conselho. Em contribuição a pauta **Tereza Cristina da Silva Bandeira** (CTB): comentou que pensando nessa reflexão de como estão os Conselhos em outros Municípios foi criada uma Cartilha e um curso formativo para Conselheiras na gestão anterior, fruto de um desenvolvimento feito por várias mulheres que faziam a composição anterior desse Conselho, as pautas das propostas descritas no PPA sobre o bullying e a gordofobia foi fruto também da fala de uma Conselheira e quando se discute sobre representatividade o fato de ter uma mulher indígena como Vice-presidente, o quão é significativo, quando é falado de mulheres negras também se posicionando, representando todo tipo de trabalhadoras, trazendo representação, contribuindo para a história do Conselho, e sempre é feita a provocação a SPM para trazer as informações atualizadas, é importante reproduzir essa provocação, mas a partir disso o que será feito? Pode-se criar um outro curso de formação ou a reativação da cartilha, é uma tarefa para a Secretaria. Contudo, deve-se ter consciência que não depende somente da Secretaria, mas dos movimentos sociais dos outros municípios, pode ser feito também uma pesquisa com as candidatas do processo de eleição que houve, do Conselho Estadual, quais são as mulheres dos outros municípios que podem apoiar, e que esse é um espaço para as Conselheiras para que proponham sugestões e não como uma forma de crítica, mais ideias, porque também as vezes a SPM é requisitada para tanta coisa, não só com o Conselho. Frisou que

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

é importante sim, as atualizações, informações que serão necessárias para o exercício de 2025 com relação as Conferências, muitos municípios devem se articular para realizar as Conferências Municipais para que se leve na Conferência Nacional representatividade e informações atualizadas.

**Roseli de Oliveira Barbosa** (TamoJuntas): Comentou sobre uma proposta do PPA em difundir a temática de povos e comunidades tradicionais, que acha importante falar sobre essas culturas, estender para o público em geral essa questão. Falou também sobre outra proposta da SEPROMI de Realizar iniciativa, campanha e programa de fortalecimento identitários e combate ao preconceito e discriminação, com iniciativa em realizar campanhas calendarizadas de combate ao racismo e de promoção da identidade, cultura e modos de viver da população negra, sua sugestão nesse aspecto também é que essa proposta e iniciativa sejam permanente. **Nancy Alves de Andrade** (FEEB): solicitou a possibilidade de um boletim para situar as mais novas no Conselho e que precisa levar para o seu Sindicato, para os Trabalhadores (as) o que o Conselho está produzindo, o porquê da ausência do dia de trabalho para estar presente nas reuniões, e que não está visualizando avanços e que sentiu a invisibilidade do CDDM na SPM em relação ao julho das mulheres negras e que não houve atividades contando com as Conselheiras, que em sua maior parte são mulheres negras, então está faltando um desenvolvimento. Indagou se é possível que as novas Conselheiras tenham conhecimento desta cartilha criada anteriormente e que gostaria de conhecer, e a respeito do curso de formação, é gasto, porém também é investimento, é uma partilha de conhecimento. **Argimária Freitas de Sousa Soares** (Coletivo Quintas Feministas): pontuou sobre a proposta de ampliação do atendimento dos NEAM'S e DEAM'S, para o acolhimento inicial, que é o atendimento básico policial com o acolhimento dessas mulheres em situação de violência de até 72 horas na unidade ou em local determinado pela unidade onde não exista 'casa abrigo' ou similar sendo feito encaminhamento posteriormente para as ações da promoção social ou entrega da vulnerável aos familiares, por exemplo: uma mulher é vítima de violência na zona rural o marido foge, ela é resgatada, vai para a delegacia, é atendida, é feito o exame, a medida protetiva pedida e ela volta para casa? Que garantia ela tem que esse homem não irá voltar? Aonde colocá-la? Pode ser que o NEAM de tal cidade tenha parceria com a Secretaria de Promoção Social do local, coloca no hotel, tem uma casa abrigo, coloca nela, todavia onde não tem nenhum tipo de alternativa a mulher vai sair pela mesma porta que entrou, na mesma situação de vulnerabilidade. Frisou que tem que se pensar nisso, porque a Segurança Pública não é só a repressão e a prevenção, mas também o acolhimento. E citou que uma colega fez uma pesquisa de que a população de Salvador de acordo com o censo de 2022 é de 2.418,005 habitantes, diante disso e do fato de só existir em Salvador 2 DEAM'S e no Estado todo, parecem que são 15, então, considerando a norma técnica da padronização e atuação policial que fosse também ampliada para pelo menos 12 DEAM'S na Capital do Estado, levando em conta a condição populacional de cada bairro e isto precisa ser revisto. **Millena Passos Almeida Silva** (SEPROMI): sugeriu que existisse em áreas regionais também a demanda envolvendo a Segurança Pública e tem crescido por conta também da questão da violência contra as mulheres, reafirmando que as campanhas são muito importantes para visibilizar essas políticas para as mulheres por isso os casos são mais visibilizados, graças as campanhas que se fortaleceram de articulação com as Secretarias do Estado. **Argimária Freitas de Sousa Soares** (Coletivo Quintas Feministas): mencionou que não se pode pensar Gestão de Estado, de Segurança Pública sem pensar no geral, é uma luta contínua ter uma DEAM que

*Boas*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]* *[Assinatura]* *[Assinatura]* *[Assinatura]*

funcione 24 horas, que funcione com 4 equipes, outra luta é a implementação dos NEAM'S em todo Estado, não existe mais os Núcleos funcionarem somente em horários administrativos, as situações de violência contra as mulheres acontecem a todo e qualquer momento, o Estado precisa ter uma estrutura feminina para compor, repor profissionais. A Segurança Pública enfrenta dificuldades, demanda de concursos públicos é toda uma tramitação, mas é algo urgente ter um quadro renovado e suficiente para atender essas demandas, porque o crime ele é muito volátil ele vai crescendo, se não for possível dar uma resposta de uma forma muito mais efetiva, ainda há muito o que ser feito. Outra proposta foi ampliação da Ronda Maria da Penha, ampliar os números de vagas femininas nos Concursos Públicos, justamente para atender as demandas dos Núcleos e do atendimento à mulher. **Renata Luciana Cruz Sena** (SSP): indagou como é feita a fiscalização da efetividade da Casa da Mulher Brasileira, para que as mulheres ao chegarem neste local não sejam revitimizadas, porque há muitas queixas relacionadas ao atendimento da Casa da Mulher Brasileira, onde a vítima chega e tem que relatar o que aconteceu para a recepcionista, é uma coisa incabível, deve ser passado apenas os dados necessários e ela ser direcionada, e se é que a Casa está cobrindo tudo o que oferece pois existem essas queixas a serem acolhidas. **Samêhy Pataxó** (AMIESB): acrescentou a fala da colega, um relato de quando chegou a Casa e havia uma moça logo a sua frente na hora da assinatura na recepção e quando a recepcionista perguntou a ela qual o atendimento a moça se sentiu desconfortável em falar, ou seja, a vítima pode se sentir exposta se chegar alguma outra pessoa ao redor, é importante ser pensado isso, a forma em que as mulheres sejam recebidas na casa, o acolhimento que deve ser dado em primeiro instante. **Renata Luciana Cruz Sena** (SSP): retomou sua fala sugerindo que o espaço da recepção da casa seja um ambiente mais reservado, e que a recepcionista precise saber os fatos que ocorreram a vítima, mas só o suficiente para direcionar ao melhor atendimento. **Aldinha Sena** (SPM): comentou que se essas coisas estão ocorrendo, está errado e a questão é que, a porta de entrada da Casa, a recepção e os serviços psicossociais fica a cargo do município e isso precisa ser apurado, pois, já houve tratativas com o mesmo. Pontuou que a recepção é para encaminhar a vítima para o serviço psicossocial, sendo assim a recepção não tem de saber de absolutamente nada, se está acontecendo isso o Conselho pode encaminhar esse diálogo a Secretária Neusa e a Secretária Fernanda Lordello para reconfigurar essa situação, os ajustes sempre serão necessários e a capacitação para quem está na porta de entrada, reforça que acolhe isto e leva a demanda para a Secretária. **Iara Pereira dos Santos** (Remo AD): discorreu a importância da Formação de quem recepciona na Casa da Mulher Brasileira, colocar na frente alguém que tenha sensibilidade, um olhar mais cuidadoso com acolhimento e empatia as mulheres que recorrem a casa. **Maria Otília Soares** (UMVC): fez um adendo a fala de Iara Pereira, comentando que os funcionários de casas são de empresas terceirizadas e ocorre troca de pessoas constantemente e isso dificulta o trabalho de formação e que se deve observar essa fragilidade do sistema. **Samêhy Pataxó** (AMIESB): expressou que assim como outras Secretarias e órgãos não contratam os colaboradores sem a devida formação, então a Casa da Mulher Brasileira deveria ser assim também, contratar pessoas realmente capacitadas. **Valéria Peruna** (SPM): distribuiu as planilhas do plano de ação para as Conselheiras, lembrou que o PPA é um dos objetos de trabalho e que é por obrigação regimentar, acompanhar, monitorar, avaliar as ações do Governo no que diz respeito as mulheres, que outras frentes de trabalho as Conselheiras consideram que são relevantes para ter um pequeno conjunto

de ação voltado para o PPA, as conferências que são coisas que vão demandar atenção, além destes pode-se sugerir outras questões, no que diz respeito ao PPA, pelo menos duas ações já foram pontuadas pelas Conselheiras, sendo que as Secretarias apresentem seus resultados regularmente e a outra foi solicitar as informações da Secretaria de Mulheres, sobre o acompanhamento destas iniciativas e ações. **Aldinha Sena** (SPM): comentou que é pensado na possibilidade de fazer um apanhado maior sobre toda a estrutura da Secretaria sobre o PPA, LOA (Lei Orçamentária Anual) programas e projetos especiais, e sugeriu que na próxima reunião esta seja uma das pautas, um aprofundamento sobre essas questões, se for de acordo com o Conselho, com a Secretaria, enviando o material para as Conselheiras se apropriarem e fazer a discussão na próxima reunião. **Valéria Peruna** (SPM): propôs que as Conselheiras levassem a planilha para casa e que pudessem começar a pensar nas duas frentes de trabalho que são o PPA e as Conferências, aconselhou as conselheiras a lerem o material sobre o programa “Elas a frente” que irá ser encaminhado juntamente com o documento completo do PPA-P. E começou a descrever cada campo da planilha; a frente de trabalho, a ação, orçamento, o prazo, a pessoa ou equipe responsável. Pontuou sobre a importância da leitura dos documentos enviados, e frisou que é muito importante a ação do Conselho para inclusive regular a ação do Governo, o Conselho tem de se tornar forte, conhecer seu regimento, tem que conhecer suas frentes de trabalho, ser potente nas ações, ter um discurso embasado, sendo assim o trabalho é muito mais eficaz. **Tereza Cristina da Silva Bandeira** (CTB): expressou sua crítica com relação a formação das Conselheiras, pois, muitas são novas e para compreender, e se disporem a tudo o que foi proposto é necessária esta capacitação. **Vanessa Costa Reis** (SEC): apresentou uma informação sobre um setor chamado SGI e um grupo que trabalha sendo uma frente do Governo Federal, alguns cursos e formações para população geral, contudo um dos cursos é ‘Controle social para Conselheiros’ o foco não é o Conselho sobre Mulheres, mas tem informações bem importantes de como se estrutura e como funciona um Conselho, e indicou que poderia enviar posteriormente a ementa do curso se se encaixaria, e se sim, ficaria até responsável por dialogar com o setor a abertura de uma turma para o Conselho, sendo um ensino online de 40 horas. **Valéria Peruna** (SPM): falou também que todas podem encontrar no programa ‘Elas a frente’ uma iniciativa que diz respeito justamente a formação das conselheiras. **Samêhy Pataxó** (AMIESB): iniciou a pauta dos informes. **Millena Passos Almeida Silva** (SEPROMI): informou que no dia 20 de agosto, numa terça-feira, às 14 horas, na SEPROMI, 3º andar, vai acontecer uma atividade, sendo ela uma oficina “Crédiafro” que é uma linha de crédito especial criada para fortalecer o empreendedorismo Negro na Bahia, fruto de uma parceria entre a SEPROMI e o DESENBAHIA, que é de 5 mil a 50 mil reais para empreendedores, aberta para todos os públicos. **Iara Pereira dos Santos** (Remo AD): informou também sobre o seu time de futebol feminino, campeão de futset, que em novembro irão participar do campeonato brasileiro de futset em Belo Horizonte, e pediu para contribuições, pois, precisam levantar uma grande quantidade de dinheiro para custear essa viagem, fará também em setembro uma copa e cinco sábados do mês, no bairro do Uruguai, então fica o convite para quem puder ajudar, e está buscando empresas para patrocinar o time pelo ‘Faz Atleta’. **Roseli de Oliveira Barbosa** (TamoJuntas): também assessora da Mandata Pretas por Salvador na Câmara, informou que a partir das 18 horas irão fazer o lançamento da campanha e prestação de contas dos últimos 4 anos de atuação na Câmara de Salvador e convidou a todas. **Tereza Cristina da Silva Bandeira** (CTB):

comentou também sobre uma situação bem preocupante do movimento sindical, no sindicato dos metalúrgicos de Feira de Santana, aconteceu de duas mulheres sindicalistas que foram assediadas sexualmente e moralmente, então assim nos sindicatos também acontece e nós estamos numa sociedade em que o machismo ainda não foi vencido e é preciso falar sobre isto e estas violências que acontecem nos sindicatos, as sindicalistas não são omissas elas são retaliadas e é preciso um cuidado e buscar uma forma também de dar atenção a este grupo. **Aldinha Sena** (SPM): informou também que no dia seguinte a esta sessão completa-se um ano do assassinato de Mãe Bernadete e que está bem ocupada com a vinda da Ministra de Mulheres a Salvador, e terá essa missa no quilombo de Mãe Bernadete e a comitiva saíra às 07 da manhã com a Ministra Cida, a Deputada Elisângela Araújo, a Secretária Neusa Cadore, e a Secretária Ângela Guimarães, juntamente também com outros Secretários, e na parte da tarde terá uma reunião com um grupo de Secretárias, e de militantes dos movimentos sociais com a Ministra e ela pediu para convidar alguém do CDDM, perguntou então as Conselheiras, quem poderiam estar presentes. Assim Iara Pereira e Samêhy Pataxó se disponibilizaram a ir. Foi discutida também a mudança de data da próxima reunião do Conselho visto que seria 06 de setembro, véspera de um feriado nacional, então, foi acatada a data da sexta seguinte, dia 13 de setembro. Sem mais o que ocorrer a Vice-presidente **Samêhy Pataxó** deu-se como encerrada a reunião. Eu, **Neurací Alves da Silva**, subscrevi a presente ata que segue assinada pelos presentes.

Salvador, 16 de agosto de 2024.

#### **Sociedade Civil**

Samêhy Pataxó – Helen Conceição dos Santos Soares (AMIESB): \_\_\_\_\_

Maria Otília Soares (UMVC): \_\_\_\_\_

Roseli de Oliveira Barbosa (Associação Tamo Juntas): \_\_\_\_\_

Iara Pereira dos Santos (O Remo Ad. Feminino): \_\_\_\_\_

Tereza Cristina da Silva Bandeira (CTB): \_\_\_\_\_

Gildeane dos Santos Mota (AMP): \_\_\_\_\_

Maria Joselita Santos da Costa (COOMAFES): \_\_\_\_\_

Anabel Barbosa de Brito (ASCIM): \_\_\_\_\_

Nancy Alves de Andrade (FEED): \_\_\_\_\_

Mariselma Bonfim (FNMN): \_\_\_\_\_

Leidiana Cruz do Espírito Santo (MMTR): \_\_\_\_\_

Argimária Freitas de Sousa Soares (Coletivo Quintas Feministas): \_\_\_\_\_

Taiane Oliveira Lima (UJS): Taiane Oliveira Lima

**Poder Público**

Neusa Cadore (SPM): \_\_\_\_\_

Aldenira Sena (SPM): Aldenira Sena

Valéria Peruna (SPM): \_\_\_\_\_

Millena Passos Almeida Silva (SEPROMI): Millena Passos Almeida Silva

Adriele Monique Santos dos Reis (SEPROMI): \_\_\_\_\_

Renata Luciana Cruz Sena (SSP): Renata Luciana Cruz Sena

Natália de Oliveira Gonçalves (SETRE): Natália Gonçalves

Silvia Christiane Écio Damasceno (SETRE): \_\_\_\_\_

Cândida Maria Pimentel (SESAB): \_\_\_\_\_

Jeane de Jesus Costa (SJDH): \_\_\_\_\_

Vanessa Costa Reis (SEC): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Neurací Alves Silva

Secretária Executiva

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM